

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: AVANÇOS NA POLÍTICA DE INCLUSÃO  
NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ACARÁ**  
**INCLUSIVE EDUCATION: ADVANCES IN THE INCLUSION POLICY  
IN THE MUNICIPAL EDUCATION NETWORK OF ACARÁ**

ISSN: 2674-662X. DOI: 10.29327/2334916.19.2-72

Gilvani Cunha Fôro Machado <sup>1</sup>

**RESUMO**

Este artigo tem como objetivo analisar os avanços na Política de Inclusão na Rede Municipal de Ensino de Acará, com base na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008) e nas Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado (2008), no período de 2016 a 2023. O estudo busca compreender as possibilidades e desafios do processo de inclusão nas escolas municipais, com foco nas Salas de Recursos Multifuncionais, que são responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado dos alunos público-alvo da Educação Especial. A pesquisa envolveu a análise de documentos relacionados à modalidade de Educação Especial, bem como entrevistas semiestruturadas com a Coordenação de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação durante o período de estudo. A análise dos documentos revelou que, embora o município tenha enfrentado atrasos na implementação da política de Educação Especial nos anos anteriores a 2016, a partir do segundo semestre desse ano, com a criação da Coordenação de Educação Especial na Secretaria Municipal de Educação, diversas ações foram implementadas para transformar as práticas nas Salas de Recursos Multifuncionais. Essas ações incluíram melhorias na organização do atendimento, ampliação das salas, matrículas e formação de professores, resultando em avanços significativos na inclusão dos alunos. No entanto, ainda é necessário continuar com essas políticas e ações para aprimorar a qualidade do atendimento, expandir a atuação da Equipe Multiprofissional e investir mais na formação de professores, a fim de garantir um atendimento especializado mais eficaz aos alunos com deficiência nas escolas de ensino regular.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Especial, Atendimento Educacional Especializado, avanços, políticas.

**ABSTRACT**

Este artigo tem como objetivo analisar os avanços na Política de Inclusão na Rede Municipal de Ensino de Acará, com base na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008) e nas Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado (2008), no período de 2016 a 2023. O estudo busca compreender as possibilidades e desafios do processo de inclusão nas escolas municipais, com foco nas Salas de Recursos Multifuncionais, que são responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado dos alunos público-alvo da Educação Especial. A pesquisa envolveu a análise de documentos relacionados à modalidade de Educação Especial, bem como entrevistas semiestruturadas com a Coordenação de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação durante o período de estudo. A análise dos documentos revelou que, embora o município tenha enfrentado atrasos na implementação da política de Educação Especial nos anos anteriores a 2016, a partir do segundo semestre desse ano, com a criação da Coordenação de Educação Especial na Secretaria Municipal de Educação, diversas ações foram implementadas para transformar as práticas nas Salas de Recursos Multifuncionais. Essas ações incluíram melhorias na organização do atendimento, ampliação das salas, matrículas e formação de professores, resultando em avanços significativos na inclusão dos alunos. No entanto, ainda é necessário continuar com essas políticas e ações para aprimorar a qualidade do atendimento, expandir a atuação da Equipe Multiprofissional e investir mais na formação de professores, a fim de garantir um atendimento especializado mais eficaz aos alunos com deficiência nas escolas de ensino regular.

**KEYWORDS:** Special Education, Specialized Educational Service, advances, policies.

<sup>1</sup> Mestre em Ciências da Educação pela ACU - Absoulute Christian University - ACU. E-MAIL: gil.foro.gf@gmail.com

## INTRODUÇÃO

O presente estudo compreende o período do segundo semestre de 2016 ao primeiro semestre de 2023, considerando a atuação e vigência de uma coordenação específica de Educação Especial no âmbito da Diretoria de Educação Básica na Secretaria Municipal de Educação de Acará, uma vez que o período antecedente foi marcado por pouca representatividade nessa área no contexto da referida secretaria.

Nesse sentido, realizar-se-à uma breve abordagem histórica da modalidade de educação especial no contexto da Rede Municipal de Ensino de Acará, apontando as dificuldades e avanços da política de inclusão na Rede Municipal de Ensino frente a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Convém ressaltar, que a necessidade de se elaborar este projeto de pesquisa dá-se dentre outros objetivos, por razões de cunho institucional, político-social e científico dentro do curso de mestrado em ciência da educação com o intuito de disseminar entre os profissionais da educação e comunidade acaraense, a importância da aplicabilidade da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, apontando os avanços na modalidade de Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Acará nos últimos anos, contribuindo assim para o crescimento profissional, pessoal e político.

Nesse sentido, é interessante enfatizar que de acordo com o Decreto Legislativo nº 186, de julho de 2008, que ratifica a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU 2006), é instituída as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica, regulamentado pelo decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008. Neste aspecto, vale considerar que a Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e

modalidades, sendo que esta deve realizar o Atendimento Educacional Especializado, disponibilizar os recursos e serviços e orientar quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.

Como importante instrumento pedagógico, a elaboração do presente projeto assume uma dimensão prática voltada para a pesquisa científica, uma vez que o objetivo deste curso é formar mestrandos em ciência da educação, oportunizando a promoção de um novo olhar e novas perspectivas para a modalidade da educação especial no âmbito das escolas da Rede Municipal de Ensino de Acará, de modo que os discentes com deficiências e profissionais da educação que compõem o contexto das realidades educacionais acaraense, possam sentir-se contemplados com as reflexões aqui realizadas, de forma que estas venham contribuir positivamente para o melhoramento de suas práticas e realidades educacionais que muitas das vezes são ofuscadas pelos desafios do cotidiano escolar. Espera-se ainda fomentar discussões que levem a sensibilização político – social a respeito de novas possibilidades para a melhoria do processo de inclusão no contexto das escolas municipais, sejam elas do campo, do quilombo, dos rios e estradas e da cidade, considerando as realidades locais e os desafios oriundos de cada especificidade.

Nessa perspectiva, esta pesquisa traz como relevância social, uma nova forma de conceber a inclusão dos estudantes com deficiência da Rede Municipal de Ensino, onde todos os envolvidos compreendam a grande importância de sua atuação nesse processo, de forma que para além dos muros das escolas, a sociedade valorize e amplie as oportunidades para este público muitas vezes esquecido pela sociedade. Enquanto relevância pedagógica-teórica – prática, a pesquisa trará contribuições significantes para os profissionais envolvidos na pesquisa, haja vista que dentre outros

fatores, apresentará reflexões significativas sobre a realidade local, além de possibilidades de melhoria e avanços para a modalidade da Educação Especial, de modo que estes sujeitos se percebam como protagonistas do processo de inclusão escolar do município de Acará. Neste sentido, a temática da pesquisa aqui apresentada surge como uma importante ferramenta de reflexão e análise da prática pedagógica dos sujeitos que compõem o contexto das escolas municipais, principalmente gestores, coordenadores pedagógicos e professores, mediante a aplicabilidade da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Dentre outros intuitos, a pesquisa trata uma visão mais específica sobre o Atendimento Educacional Especializado realizado nas escolas da Rede Municipal, pautada nas Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, regulamentado pelo Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008, onde explicita que o Atendimento Educacional Especializado se dá nas Salas de Recursos Multifuncionais que são espaços físicos, dotadas de mobiliário, materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o referido atendimento que tem por finalidade identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras que impedem a plena participação dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, considerando suas necessidades específicas (MEC/SEESP, 2008).

Nesse aspecto, o Atendimento Educacional Especializado constitui-se oferta obrigatória dos sistemas de ensino e se efetiva em todos os níveis, etapas e modalidades, sendo que esse serviço da Educação Especial é “realizado, prioritariamente, na SRM da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser

realizado, também, em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. Conveniadas” (Art. 5º).

Infelizmente, apesar de quinze anos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, percebe-se ainda que há muito a se avançar quando se trata da garantia do direito educacional dos estudantes público alvo da Educação Especial, uma vez que geralmente a responsabilidade do atendimento desse público recai apenas para a escola, que por décadas reforçou a oposição entre educação comum e Especial, contrariando assim, a transversalidade da modalidade de Educação Especial nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, o que nos levar a afirmativa de que a qualidade da educação depende de uma reestruturação na perspectiva da inclusão, uma vez que os inúmeros desafios da educação brasileira só poderão ser compreendidos considerando todos e cada um dos estudantes, onde na prática de tal reestruturação esteja a promoção de oportunidades de acesso e permanência dos estudantes em ambientes de aprendizagens seguros e inclusivos, onde haja eficácia no atendimento de suas especificidades, promovendo a continuidade aos níveis mais elevados de ensino para todos os estudantes, sem exceção.

Essa pesquisa busca sustentar a concepção de que a verdadeira inclusão escolar só é possível através de um trabalho colaborativo pautado na garantia dos direitos dos estudantes com deficiência.

A pesquisa apresenta três vertentes de grande relevância, sendo elas: antropológica, histórica, sociológica e pedagógica. Antropológica e histórica por resgatar os avanços da política de inclusão na Rede Municipal de Ensino de Acará frente a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no período que compreende o segundo semestre de 2016 ao primeiro semestre de 2023, haja vista que será

realizado um estudo aprofundado sobre a temática em evidência, de modo que os dados obtidos sejam suficientes para realizar o processo de análise do que se pretende investigar, sendo necessário conhecer todo o percurso da implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na rede municipal de ensino, o que demanda reflexões e compreensão do cenário educacional dos anos de 2016 a 2023, considerando: Quais as diretrizes municipais da modalidade de Educação Especial? Qual a forma de organização e planejamento do Atendimento Educacional Especializado das escolas urbanas e do campo? Quais os serviços de apoio garantido às escolas para o atendimento ao aluno com deficiência? Quais documentos norteiam o trabalho desenvolvido nas Salas de Recursos Multifuncionais? Houve formação para os profissionais da Educação Especial mediante a implantação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva? Essas são algumas interrogativas que servirão de base para o processo investigativo, assim como para a análise da realidade local, uma vez que estará fundamentado no resgate histórico do processo de inclusão nas escolas, levando em consideração seus avanços mediante a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, dentro de um determinado período, fazendo uma panorama entre o real e o ideal embasados na referida política educacional, apontando assim novas possibilidades para melhoria do atendimento aos estudantes público alvo da Educação Especial nas escolas municipais de Acará.

Nesta ótica, acredita-se que o presente estudo apresenta-se como um rico instrumento de reflexões com grande relevância social não apenas para os educadores e demais profissionais que atuam nos âmbitos das escolas, mas para toda a sociedade acaraense que de forma direta ou indiretamente faz parte do processo de inclusão educacional, uma vez que esta depende de uma rede

de proteção que perpassa pela saúde e assistência social, assim como demais órgãos municipais, de modo que os estudantes com deficiências sejam atendidos em sua integralidade.

É importante enfatizar que esta pesquisa para além de um trabalho acadêmico, configura-se como um documento oficial que servirá como fonte de pesquisa para todos aqueles que se interessam pela temática, uma vez que foi construído com cientificidade e compromisso por parte do pesquisador, podendo ser consultado sempre que houver a necessidade de compreender os avanços da modalidade de Educação Especial no município de Acará, mediante o processo de implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, no período de 2016 à 2023.

Metodologicamente, o presente estudo está dividido em seis capítulos, sendo que o primeiro trata dos desafios e perspectivas da Inclusão escolar, o segundo discorre sobre uma breve abordagem histórica do município de Acará; o terceiro trata da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado, quarto apresenta o panorama da Educação especial na Rede Municipal de Ensino de Acará, o quinto trata da metodologia que abrange a caracterização da pesquisa e o sexto discorre sobre os resultados da pesquisa através de uma importante discussão sobre a temática do estudo.

O estudo tem como área de abrangência o estado do Pará mais especificamente o município de Acará no qual está sendo desenvolvido o projeto.

## **INCLUSÃO ESCOLAR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Atualmente o termo inclusão vem sendo muito discutido pelos diversos segmentos da

sociedade, uma vez que diz respeito às pessoas que de uma forma ou de outra foram consideradas excluídas, ou seja, esse processo somente sobrevive como um assunto enquanto alguém é excluído, pois o adjetivo "inclusivo" é usado quando se busca qualidade para todas as pessoas com ou sem deficiência nos vários setores sociais. No campo educacional, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola, pois o motivo que sustenta a luta pela inclusão como uma nova perspectiva para as pessoas com deficiência é, sem dúvida, a qualidade de ensino nas escolas públicas e privadas, de modo que se tornem aptas para responder às necessidades de cada um de seus alunos, de acordo com suas especificidades, sem cair nas teias tradicionais da educação especial que os separavam dos ditos normais em classes especiais.

A inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos os alunos provoca e exige da escola novos posicionamentos e é um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas. É uma oportunidade que implica em um esforço de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas de nível básico.

O sucesso da inclusão de alunos com deficiência na escola regular decorre, portanto, das possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos educandos. E só se consegue atingir esse sucesso, quando a escola regular assumir que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado, de como a aprendizagem é concebida e avaliada. Pois não são apenas as pessoas com deficiência que são excluídas, mas também os que são pobres, os que não vão às

aulas porque trabalham, os que pertencem a grupos discriminados, os que de tanto repetir desistiram de estudar. Nesse sentido, trata-se de uma proposta que visa à promoção de práticas pedagógicas que contemplem a individualidade dos alunos e sua maneira peculiar de lidar com o processo de aprendizagem. Isso significa que a escola precisa reconhecer as diferenças dos alunos, suas limitações e principalmente suas potencialidades enquanto ser social, possuidores de direitos, só assim o sistema educacional como um todo poderá perceber que nessa concepção a aprendizagem é construída em cooperação a partir da atividade do sujeito diante das solicitações do meio, tendo o sujeito de conhecimento como um sujeito autônomo, e não como o "incapaz" ou o "coitadinho" que não pode fazer nada, pois nasceu deficiente é o menos favorecido.

É importante salientar que durante muitos anos tentou-se mascarar a educação inclusiva criando as escolas especiais, que atenderiam aos alunos com algum tipo de deficiência e aqueles que eram considerados "problemas" nas escolas comuns, isso evidenciou o despreparo dos profissionais e a falta de políticas públicas voltados para essa modalidade do ensino. Hoje se pode observar que as dificuldades continuam e que embora ainda encontremos situações segregadoras, muito já tem acontecido em favor de uma educação especial verdadeiramente inclusiva e de qualidade, os desafios estão sendo constantemente anulados por novas leis, onde se pode perceber a importância de uma educação menos excludente e ultrapassada.

Diante disso, a inclusão implica a inserção de todos, sem distinção de condições lingüísticas, sensoriais, cognitivas, físicas, emocionais, étnicas, sócio-econômicas, requer sistemas educacionais planejados e organizados que deem conta da diversidade dos alunos e ofereçam respostas adequadas as suas características e necessidades. Ressalta-se que é indiscutível que a implantação da

educação inclusiva pressupõe a superação de alguns obstáculos impostos pelas informações do sistema regular de ensino, como, por exemplo, as dificuldades operacionais e programáticas, curriculares, as práticas pedagógicas, recursos humanos, arquitetônicos, pedagógicos e físicos.

A inclusão educacional envolve mudanças, e sabe-se que efetuar-las é uma tarefa difícil, ainda mais quando implica novos desafios e inquestionáveis demandas socioculturais. É preciso olhar atentamente para a realidade, com o objetivo de identificar os procedimentos de exclusão em todos os processos escolares e sociais para negá-los, desfazê-los, substituindo-os por novas práticas, pois o maior objetivo é desconstruir esse sistema, assumindo uma posição contrária à perspectiva da identidade “normal”, que justifica essa falsa uniformidade das turmas escolares. A diferença é, pois, o conceito que se impõe para que possa defender a tese de uma escola para todos, com qualidade e compromisso com o desenvolvimento intelectual de todos que nela ingressam.

Muito já tem sido feito no sentido de um convencimento das vantagens da inclusão escolar para todo e qualquer aluno. Embora não pareçam, as perspectivas são animadoras, pois as experiências inclusivas vigentes têm resistido às críticas, ao pessimismo, ao conservadorismo, às resistências de muitos. A “Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva inclusiva” representa um avanço para que essas perspectivas se reafirmem. Sabe-se que não se muda a escola com um passe de mágica, muito ainda precisa ser feito e mudado na busca de uma inclusão escolar por completo, e principalmente por uma escola de qualidade, justa e acolhedora para todos.

#### **BREVE ABORDAGEM HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE ACARÁ**

O município do Acará surge num período em que os colonizadores portugueses exploravam o território maranhense e também paraense em direção ao interior do Estado do Grão Pará, nomenclatura do Estado do Pará no período colonial. O curso dos rios era a principal via de penetração, uma vez que foi percorrendo o rio Acará que os portugueses observavam a facilidade de navegação, bem como já em terra firme constataram a fertilidade do solo e a grande abundância das madeiras de lei. Diante de tudo que encontraram e das possibilidades de crescimento, os colonizadores criaram o núcleo de colonização que, mais tarde, tornou-se a sede do município de Acará. Em 1758, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Grão Pará e Maranhão, elevou a população ali existente à categoria de freguesia, sob a invocação de São José, sendo originalmente batizado como São José do Acará, onde atualmente é a sede municipal. É importante destacar que durante o período da independência o presente nome foi mantido e que em 1833, devido a divisão do Estado em termos e comarcas, São José de Acará, passa a pertencer à comarca da capital e que de acordo com depoimentos históricos de Palma Muniz e Theodoro Braga, em 9 de setembro de 1839, em cumprimento ao disposto na Lei nº 14, foi criada a Freguesia de Moju, sendo esse território banhado pelo rio Acará, ficando assim anexa a São José de Acará.

No ano seguinte, 1840, a lei de nº 53, de 4 de setembro, determinou que o referido território fosse dividido de modo que uma parte pertencesse à freguesia São José de Acará e a outra parte à freguesia de Nossa Senhora da Soledade de Cairary, criada pelo mesmo ato legal. Anos mais tarde, em 20 de agosto de 1864, por determinação a lei nº 441 as freguesias de Moju e de Cairary passam a ser anexadas ao território do município da capital. Convém salientar que o crescente desenvolvimento e dinamismo das áreas banhadas pelo rio Acará, mais especificamente as freguesias de São José de Acará e de Nossa Senhora da

Soledade de Cairary, levaram o legislativo Provincial à criação de um novo Município. Com o mesmo nome de São José de Acará, a então Freguesia foi elevada à categoria de Vila e instalada, em 23 de março de 1876, em cumprimento da Lei Provincial nº 839 que tinha sido promulgada em 19 de abril de 1875, e que, também, estabelecia o desmembramento do seu território de Moju. A nomeação legal de São José de Acará como município se deu dentro dos alcances da própria Lei Provincial, que outorgou sua elevação à categoria de Vila. Segundo dados históricos, o primeiro Presidente da sua Câmara Municipal foi D. Antônio Carlos de Paiva.

Após a proclamação da República, o Governo Provisório no Estado, dissolveu a Câmara Municipal de Acará, em 19 de fevereiro de 1890, mediante a promulgação do Decreto nº 46, e, na mesma data, através do Decreto 47, criou o Conselho de Intendência Municipal, elegendo, para o cargo de Intendente, Francisco Xavier Armandio de Oliveira. Após a Revolução de 1930, através do Decreto Estadual nº 06, de 4 de novembro, o município de Acará foi extinto e seu território anexado ao do município de Belém, medida esta confirmada, no mesmo ano, pelo Decreto Estadual nº 78 de 27 de dezembro. Entretanto, dois anos mais tarde, em 1932, pela Lei Estadual nº 579, de 8 de janeiro, o território de Acará foi desanexado de Belém, tendo sido reconhecido como Município em 31 de outubro de 1935, ganhando novamente, sua autonomia. Conforme o estipulado na Lei nº 1.127, de 11 de março de 19, o município de Acará vivenciou a tentativa de desmembramento do seu território para permitir a constituição do município de Tome-Açu que, até então, era distrito deste. Esta Lei, no entanto, foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em 4 de outubro daquele mesmo ano, fato este que inviabilizou o desmembramento. Quatro anos depois, em 1959, o Governo do Estado promulgou a Lei Estadual nº 172, em 17 de março, mediante a qual

foi criado, em definitivo, o município de Acará, desta vez para possibilitar a configuração territorial do município de Tailândia que, por esse instrumento legal, foi criado.

É relevante ainda enfatizar que o nome do município se origina de uma expressão que significa: “aquele que morde”, uma referência direta aos peixes que se encontram nos rios de água doce, em particular, no rio Acará.

## **A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de janeiro de 2008 pressupõe a transformação do Ensino Regular e da Educação Especial e, nesta perspectiva, foram implementadas diretrizes e ações pelo Ministério da Educação em busca da reorganização dos serviços de Atendimento Educacional Especializado ofertados aos estudantes com deficiência visando a complementação e ou suplementação de sua formação e não mais a substituição do ensino regular, uma vez que até 2008 prevalecia a organização das escolas separadas, nomeadas de especiais ou especializadas, voltadas apenas para pessoas com deficiências, nas quais normalmente se cursava a Educação Infantil e Ensino Fundamental, ou seja, substituíam totalmente o acesso a uma escola comum.

De acordo com, a Política Nacional de Educação Especial e Inclusiva na perspectiva da Educação Inclusiva, a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. Desse modo, a Educação Especial tem por finalidade promover a garantir a educação de

crianças, jovens e adultos por meio do Atendimento Educacional Especializado – AEE com atenção para a diferença humana.

Considera-se AEE o conjunto de atividades, recursos pedagógicos e de acessibilidade, organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos públicos – alvo da Educação Especial, matriculados no ensino regular. O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

Conforme as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008, as Salas de Recursos Multifuncionais são espaços físicos localizados nas escolas da rede pública, dotadas de mobiliário, materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Esse atendimento tem por finalidade identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras que impedem a plena participação dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, considerando suas necessidades específicas (MEC/SEESP, 2008).

O AEE constitui-se oferta obrigatória dos sistemas de ensino e se efetiva em todos os níveis, etapas e modalidades. Esse serviço da Educação Especial é “realizado, prioritariamente, na SRM da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. Conveniadas” (Art. 5º).

Considera-se público alvo do AEE:

- **Alunos com deficiência:** aqueles com impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial que podem ter obstruída/dificultada sua participação plena e efetiva na sociedade diante de barreiras que esta lhe impõe, ao interagirem em igualdade de condições com as demais pessoas (ONU, 2006).

- **Alunos com transtornos globais do desenvolvimento:** aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição, alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicose infantil) e transtornos invasivos sem outra especificação (MEC/SEESP, 2008).

- **Alunos com altas habilidades/superdotação:** estes alunos devem ter a oportunidade de participar de atividades de enriquecimento curricular desenvolvidas no âmbito de suas escolas em interface com as instituições de ensino superior, institutos voltados ao desenvolvimento e promoção da pesquisa, das artes, dos esportes, entre outros.

As atividades desenvolvidas na SRM diferenciam-se das realizadas na sala comum, uma vez que o (a) professor(a) do AEE disponibiliza os meios necessários de acesso ao currículo, enquanto o(a) professor(a) da sala comum trabalha os conteúdos curriculares. Assim, o AEE não substitui a escolarização obrigatória e não se caracteriza como aula de reforço ou apoio temporário.

Dentre as atividades de atendimento educacional especializado são disponibilizados programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização e tecnologia assistiva. Ao longo de todo o processo de escolarização esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum.



Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial.

Vale enfatizar que de acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Básica (2010), a Educação Especial é uma modalidade de ensino transversal e todas etapas e outras modalidades, como parte integrante da educação regular, devendo ser prevista no PPP (Projeto Político Pedagógico). Desta forma, os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades / superdotação, cabendo às escolas organizar-se para seu atendimento, garantindo as condições para uma educação de qualidade para todos, devendo levar em consideração suas necessidades educacionais específicas, pautando-se em princípios éticos, políticos e estéticos, para assegurar:

- I – a dignidade humana e a observação do direito de cada estudante de realizar seus projetos e estudo, de trabalho e de inserção na vida social, com autonomia e independência;
- II – a busca da identidade própria de cada estudante, o reconhecimento e a valorização das diferenças e potencialidades, o atendimento às necessidades educacionais no processo de ensino e aprendizagem, como base para a constituição e ampliação de valores, atitudes, conhecimentos, habilidades e competências;
- III – o desenvolvimento para o exercício da cidadania, da capacidade de

participação social, política e econômica e sua ampliação, mediante o cumprimento de seus deveres e o usufruto de seus direitos.

Sendo assim, o atendimento educacional especializado (AEE), previsto pelo Decreto nº 6.571/2008, é parte integrante do processo educacional, uma vez que os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades / superdotação nas classes regulares e no atendimento educacional especializado. O intuito deste atendimento é identificar as habilidades e as necessidades dos alunos, organizar recursos de acessibilidade e realizar atividades pedagógicas específicas que promovam seu acesso ao currículo.

É cabível ressaltar que o atendimento educacional especializado não substitui a escolarização em classe comum e deve ser ofertado no contraturno em salas de recursos multifuncionais da própria escola, de outra escola pública ou em centros de AEE da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgãos equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos municípios.

Na organização da referida modalidade, os sistemas de ensino devem observar as seguintes orientações fundamentais:

- I – o pleno acesso e efetiva participação dos alunos no ensino regular;
- II – a oferta do atendimento educacional especializado (AEE);
- III – a formação de professores para o AEE e para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas;
- IV – a participação da comunidade escolar;
- V – a acessibilidade arquitetônica, nas comunicações e informações, nos mobiliários e equipamentos e nos transportes;
- VI – a articulação das políticas públicas intersetoriais.

Neste sentido, os sistemas de ensino assegurarão a observância das seguintes orientações fundamentais:

I – métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – formação de professores para o atendimento educacional especializado, bem como para o atendimento educacional especializado, bem como para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas nas classes comuns de ensino regular;

III – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

O Atendimento Educacional Especializado no Brasil de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou superdotação, que se configurou e configura-se até os dias atuais como um grande desafio, mediante posturas discriminatórias vivenciadas no contexto social mais amplo e consequentemente no âmbito escolar.

Atualmente infelizmente há vestígios de uma educação excludente, onde a criança não era percebida como um sujeito de direito, onde os direitos que hoje são incontestáveis como “escola” e a “cidadania” eram negados.

Não há como falar de inclusão no contexto atual sem fazermos menção aos direitos assegurados na Declaração dos Direitos Humanos em seu artigo II, ONU (1948, n.p.) no que diz respeito a capacidade que todo ser humano tem sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição.

Mais que incluir as crianças público alvo da Educação Especial na creche, pré – escola e Ensino Fundamental, é direito assegurado de acordo com a declaração de Salamanca (BRASIL, 1994) que essas

crianças independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e linguísticas tenham suas necessidades educativas e especiais levadas em consideração no processo ensino-aprendizagem, de modo que a escola se adapte às necessidades de cada aluno.

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (BRASIL, 1994, p.17-18).

Nesta perspectiva, a declaração de Salamanca (BRASIL, 1994) tipifica a educação da criança com deficiência como um direito humano e universal. A inclusão, como direitos de todos e como consequência de um ensino de qualidade para todos os alunos provoca e exigem da escola novos posicionamentos e é um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas. É uma oportunidade que implica em um esforço de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas de nível básico.

O sucesso da inclusão de alunos com deficiência na escola regular decorre, portanto, das possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos educandos. E só se consegue atingir esse sucesso, quando a escola regular assumir que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado, de como a aprendizagem é concebida e avaliada.

Especificamente no Brasil, existe algumas legislações que fundamentam a inclusão de crianças

com deficiência no contexto educacional, dentre eles o Estatuto da Pessoa com Deficiência, lei nº 13.146/2015, (BRASIL, 2015), que assegura a inclusão da pessoa com deficiência e busca a promoção em condições de igualdade, visando à sua inclusão social e cidadania, pois de acordo com o Art.27:

[...] níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015,n.p.).

Além do Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), podemos citar inúmeros marcos legais que asseguram a Educação Inclusiva no Brasil, dentre estes: A Constituição Federal (1988), o ECA (1990), a LDB (1996), a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (1999), o PNE (2001), a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas com Deficiência (2001) e nas Diretrizes Nacionais para a Educação na Educação Básica (2001).

### **A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ACARÁ**

A Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Acará está, nos dias atuais, empreendendo esforços para acompanhar as discussões nacionais e internacionais, voltadas, desde os anos 90, para a diretriz “educação para todos”. Veremos, a seguir, que nem sempre foi assim e que o município demorou a ter iniciativas públicas voltadas para o atendimento educacional especializado para os estudantes com deficiências.

Desse modo, convém ressaltar que o contexto da Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Acará tem uma trajetória histórica de

inúmeros desafios, haja vista que de acordo com a Diretoria de Documentação da Secretaria Municipal de Educação (2019), as classes especiais surgiram no município a partir do processo de municipalização do ensino, especificamente em 2001 no Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais. Nos anos anteriores tal modalidade ainda não era considerada no cenário educacional acaraiense.

No município a partir de 2001, apenas duas escolas ofertavam as classes especiais, sendo: a Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Lucimar de Jesus Lima dos Santos e a Escola Estadual Felipe Patroni. Neste cenário, de acordo com a Diretoria de Documentação, algumas escolas não quiseram abrir estas classes por considerarem não estarem preparadas para receber os alunos com deficiência. O preconceito era algo muito presente por parte de gestores, professores e conseqüentemente dos alunos. A fala de uma gestora da época retrata muito bem isso: “Não quero doido na minha escola!”, as classes ainda eram chamadas de “classes dos doidos”. Tal afirmativa de acordo com Mantoan (2006) reproduzem o modelo tradicional de educação, onde não havia nenhuma demonstração de responsabilidade aos desafios da inclusão social e do acolhimento às diferenças nem da promoção das aprendizagens necessárias à vida social nas sociedades complexas do século XXI.

Com a nova Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, publicada em janeiro de 2008, o município ainda no mesmo ano recebe a implantação da primeira Sala de Recursos Multifuncionais na Escola Municipal Professora Lucimar de Jesus da Silva Lima. Nos anos seguintes foram contempladas as escolas EMEF Lydia Lima, EMEIF 13 de Maio, EMEIF Maria Antonieta de Paiva e EMEIF Dr<sup>a</sup> Ruth Passarinho, todas localizadas na área urbana. Entretanto de acordo com a Diretoria de Documentação da SEMED Acará, nenhum representante da educação municipal participou das

formações específicas para a transição entre a antiga classe especial e o Atendimento Educacional Especializado – AEE ofertado nas Salas de Recursos Multifuncionais, regulamentado pelo Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008. Desse modo, convém ressaltar que mudaram-se as nomenclaturas do espaço, uma vez que o direito ao atendimento individualizado que deveria ser garantido aos alunos com deficiências foram traduzidos no mero cumprimento da obrigatoriedade de matriculá-los e mantê-los nas classes regulares de ensino, ou seja, tinham acesso a escola regular e as Salas de Recursos Multifuncionais apenas para atender uma exigência legal, sem que isso significasse reconhecimento de suas igualdades de direitos.

Nos anos que antecederam 2016, não encontrou-se nenhum registro referente a organização, planejamento e atuação da modalidade de Educação Especial no município, uma vez que somente a partir do segundo semestre de 2016, foi que a Secretaria Municipal de Educação, através da portaria nº 035/2015 de 04 de Abril de dois mil e dezesseis, nomeou uma Coordenação de Educação Especial, afim de não apenas representar tal modalidade no município, mais orientar e acompanhar o desenvolvimento do trabalho realizado nas escolas em relação à inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular e o atendimento ofertado nas Salas de Recursos Multifuncionais.

Através de dados obtidos do arquivo da Coordenação de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação, até 2016, apenas oito (8) escolas ofertavam o Atendimento Educacional Especializado, sendo que três (3) destas escolas ofertavam o atendimento em salas improvisadas, já que no município apenas cinco (5) escolas haviam até então recebido recursos diretamente do Ministério da Educação (MEC). Em 2017, após estudo de demanda e garantia de direitos, ampliou-se o Atendimento Educacional Especializado para nove (9) abrangendo a

cidade e o campo, sendo que nas escolas do campo foram lotados professores especialistas itinerantes devido a expansão territorial do município.

É relevante destacar que ainda de acordo com dados da Coordenação de Educação Especial, após ações de acompanhamento e monitoramento realizadas nas Salas de Recursos Multifuncionais do município ainda no segundo semestre de 2016, foram encontradas várias problemáticas no que diz respeito à organização, planejamento e atendimento aos alunos público alvo da educação especial, tanto no ensino regular quanto no Atendimento Educacional Especializado, dentre as principais problemáticas destacam-se:

I. A inexistência de documentos, propostas ou diretrizes norteadoras das práticas desenvolvidas pelos professores das Salas de Recursos Multifuncionais do município, demonstrando um atraso significativo, haja vista que já havia oito anos de vigência da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e das Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE.

II. A falta de formação e orientação em relação a Nova Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e as Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado o que ocasionou a continuidade da metodologia tradicional utilizada nas classes especiais e conseqüentemente a não garantia dos direitos dos alunos com deficiência à oferta do atendimento individualizado;

III. Atraso significativo em relação aos municípios vizinhos no que diz respeito a implementação das políticas educacionais da modalidade de Educação especial evidenciado nos encontros e fóruns municipais e estaduais;

IV. Inexistência de documentos que comprovassem o recebimento dos equipamentos e mobiliários das Salas de Recursos Multifuncionais das escolas, sendo que de acordo com informantes da pesquisa, os mobiliários e

equipamentos utilizados em algumas Salas de Recursos Multifuncionais de escolas urbanas, foram remanejados de escolas do campo que na época que foram contempladas já estavam desativadas;

V. Equipamentos e Mobiliários que deveriam ser de uso exclusivo do AEE sendo utilizados por outros profissionais em outros espaços da escola, como: diretoria, coordenação e secretaria, contradizendo a Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007, onde garante que todos os mobiliários e equipamentos da Sala de Recursos Multifuncionais sejam de uso exclusivo dos alunos público alvo da Educação Especial;

VI. Equipamentos e mobiliários sem condições de uso por falta de manutenção, sendo que em alguns casos os equipamentos nunca foram utilizados pelas professoras da Sala de Recursos Multifuncionais. Outros mobiliários e equipamentos apresentaram problemas, como: peças quebradas, falta de peças, falta de pequenos reparos, etc.;

VII. Falta de estrutura física na SRM adequada para a oferta do Atendimento Educacional Especializado em algumas escolas onde os espaços foram improvisados: salas pequenas sem iluminação e climatização, com problemas nos pisos e telhados, assim como a ausência de mobiliários adequados aos professores e alunos;

VIII. Alto índice de alunos atendidos na SRM sem diagnóstico e consequentemente sem acompanhamento de outros profissionais e especialistas, tendo o AEE como único atendimento, sendo ainda muito comum o AEE ser visto como sala de reforço escolar para aqueles alunos que segundo a escola apresentava dificuldade de aprendizagem;

IX. Falta de Adequação física nas escolas: grande parte das escolas que receberam o PDDE Acessibilidade, não investiram de fato na acessibilidade física das instituições dificultando o acesso principalmente dos

alunos com cegueira, com mobilidade reduzida ou usuários de cadeiras de roda;

X. Alunos que frequentavam apenas o AEE e não o Ensino Regular, contrapondo o decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008, onde diz que o Atendimento Educacional Especializado complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. A primeira matrícula do aluno com deficiência deve ocorrer na classe comum e subsequente no contraturno no AEE;

XI. Alunos que eram excluídos das aulas de Educação Física, ferindo os princípios de uma educação para todos e de uma educação inclusiva;

XII. Desativação de Salas de Recursos Multifuncionais de escolas do campo, negando o direito dos alunos que precisavam do atendimento;

XIII. Falta de transporte escolar para alunos com deficiência que apresentavam limitações de locomoção e mobilidade;

XVI. Distorção das funções dos professores das Salas de Recursos Multifuncionais: professores vistos como professores de reforço escolar;

XVII. Má distribuição na lotação de professores especialistas itinerantes (do campo) e professores do AEE;

XVIII. Ausência de instrumentos de acompanhamento dos alunos público alvo da Educação Especial;

XIX. Ausência de intérprete nas escolas para alunos com surdez e acompanhantes especializados para alunos com autismo;

XX. Número insuficiente de profissionais da Educação Especial para atender a demanda da Rede Municipal de Ensino;

XXI. Falta de recursos pedagógicos adequados para o trabalho nas Salas de Recursos Multifuncionais.

XXIII. Discrepância de dados relacionados aos alunos público alvo da educação especial; distorções das informações entre a situação real e o Censo Escolar.

Mediante as problemáticas aqui apresentadas, percebe-se que a Educação Especial e Inclusiva na Rede Municipal de Ensino de Acará passava por um momento muito delicado e preocupante, necessitando assim de mudanças que só seriam possíveis a partir de um conjunto de ações interventivas a fim de garantir que todas as unidades ultrapassassem o patamar em que se encontravam, uma vez que apesar da vigência há oito anos no Brasil da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o modelo de integração escolar ainda predominava nas escolas do município, sendo necessário vivenciar no cotidiano das escolas uma educação inclusiva que valorizasse a diversidade, pois:

A educação inclusiva tem sido caracterizada como um “novo paradigma”, que constitui pelo apreço à diversidade como condição a ser valorizada, pois é benéfica à escolarização de todas as pessoas, pelo respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e pela proposição de outras práticas pedagógicas, o que exige ruptura com o instituído na sociedade e, conseqüentemente, nos sistemas de ensino. (Mantoan, 2006. p.40)

Nesse sentido, considerando o cenário encontrado na modalidade da Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Acará, de acordo com a coordenação de Educação Especial do município (2016 - 2023), foi necessário iniciar um processo de reflexão e reorganização das práticas educacionais enraizadas no âmbito das escolas o que implicou a revisão de antigas concepções na busca garantir o atendimento educacional dos alunos público alvo da educação especial do município, respeitando suas diferenças e atendendo suas reais necessidades.

## **METODOLOGIA**

A metodologia da referida pesquisa foi de suma importância para se chegar aos resultados obtidos, pois foi responsável por nortear, direcionar e encaminhar todo o processo de investigação.

O presente estudo apresenta o relatório do trabalho investigativo sobre os avanços das políticas referentes à Educação Especial e Educação Inclusiva na Rede Municipal de Ensino de Acará, apresentando uma breve análise comparativa entre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e as práticas desenvolvidas nas Salas de Recursos Multifuncionais no período de 2016 a 2023. Em outros termos estaremos através da análise investigativa, identificando as dificuldades e os avanços da referida política no âmbito das escolas municipais.

Tal investigação ocorreu dentro de uma abordagem qualitativa. Nesse sentido Alves-Mazzotti e Gewandszajder (1998) afirmam que as pesquisas qualitativas partem da ideia de que o sujeito age de acordo com suas crenças, percepções, sentimentos e valores e que seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de imediato, precisando ser desvelado.

Bogdan e Biklen (1994:47), ao definirem a investigação qualitativa, apresentam cinco características desses estudos:

- I. A fonte direta dos dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal;
- II. É descritiva, onde os dados coletados são em forma de palavras ou imagem e não de números;
- III. Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos;
- IV. Os investigadores tendem a realizar análise dos dados de forma intuitiva;
- V. O significado é de importância vital na abordagem quantitativa.

Assim, podemos afirmar que o estudo se apresenta como uma pesquisa que objetivou:

compreender a política de Educação Especial da Rede Municipal de ensino de Acará, identificando os avanços desta política através da análise de documentos pertinentes da modalidade; ouvir a voz da coordenação de Educação Especial do município, analisando suas percepções e representações sobre as dimensões práticas do trabalho desenvolvido nas Salas de Recursos Multifuncionais no período de 2016 a 2023. É interessante destacar que os dados referentes a presente coordenação foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas no período de janeiro a junho de 2023.

Os procedimentos utilizados na pesquisa para a coleta e posterior análise dos dados foram entrevistas semiestruturadas e análise documental.

A entrevista semiestruturada é um instrumento adequado para a coleta de dados dentro da perspectiva desta pesquisa que pretendeu identificar os avanços da política de inclusão na Rede Municipal de Ensino de Acará. Essas entrevistas, de caráter informal, de acordo com Bogdan e Biklen (1994:134), são utilizadas "... para recolher dados descritivos na linguagem corporal do sujeito, o que permite ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo".

É relevante enfatizar que foi elaborado um roteiro contendo questões que possibilitasse a entrevistada a relatar sua formação e vida profissional, a relação com o público alvo da Educação Especial e suas concepções referente ao processo inclusivo nas escolas da rede municipal.

Todas as informações coletadas serão submetidas a um processo de sistematização e serão disponibilizadas junto a Secretaria de Educação para apreciação de gestores, professores do AEE, coordenadores pedagógicos, assim como para todos aqueles interessados na temática e comunidade acadêmica, com o intuito de promover subsídios que

possibilitem futuras intervenções e estudos referente a realidade apresentada.

## RESULTADO E DISCUSSÕES

Os dados coletados na entrevista e documentos foram organizados e submetidos a uma análise por meio da técnica de análise de conteúdo. De acordo com Laville (1999), a análise de conteúdo pode se aplicar a uma grande diversidade de objetos de investigação: atitudes, valores, representações, mentalidades, ideologias etc. Na perspectiva de Bardin (1977:38) "a análise de conteúdo pode ser considerada como um conjunto de técnicas de análises de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens".

Assim organizamos e discutimos os resultados encontrados por tópicos para que haja melhor compreensão e visibilidade dos avanços referente a implementação da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na Rede Municipal de Ensino de Acará evidenciados entre 2016 e 2023.

### ADEQUAÇÃO DAS DIRETRIZES MUNICIPAIS DA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DE ACORDO COM O DECRETO Nº 6.571, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008 / POLÍTICA NACIONAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

ANO	AÇÃO DESENVOLVIDA
2016	Levantamento de demanda e estudos das leis municipais vigentes para a modalidade.
2017	Organização das diretrizes Gerais da Modalidade de Educação Especial de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.
	Elaboração e vigência de uma portaria de Lotação específica para a modalidade considerando a legislação nacional e necessidades da Rede Municipal de Ensino no que diz respeito a lotação dos

	profissionais da modalidade.
	Elaboração e vigência de normativa específica contendo orientações gerais para o desenvolvimento do trabalho nas Salas de Recursos Multifuncionais e atuação dos demais profissionais da modalidade lotados nas unidades escolares.
	Inclusão da modalidade na portaria de matrícula, considerando a organização e enturmação dos alunos com deficiência nas turmas regulares de ensino e no Atendimento Educacional Especializado.
	Elaboração e aplicação na rede municipal dos instrumentos de acompanhamento dos profissionais da modalidade: PDI, Plano de Adequação Curricular, Ficha de Acompanhamento do Professor Auxiliar.
2018	Revisão e Atualização dos instrumentos da Modalidade de Educação Especial da Rede Municipal de Ensino: Atribuições dos profissionais: cuidador, professor do AEE e professor auxiliar; Termo de sigilo do cuidador e ficha de rotina diária; Instrumentos de acompanhamento da gestão e coordenação em relação a atuação do professor do AEE.
	Revisão e atualização de portarias de lotação, matrícula e normativa da modalidade.
2019	Revisão e Atualização de portarias de lotação, matrícula, normativa e instrumentos da modalidade.
	Contemplação da modalidade de Educação Especial no currículo municipal, considerando as especificidades locais com a participação da Coordenação de Educação Especial na Comissão de Construção do currículo segundo a BNCC.
2020	Construção de guia orientativo para pais, e professores do AEE durante o período de pandemia;
	Construção do Plano de Ação e Guia Orientativo específico para o retorno presencial pós pandemia dos alunos com deficiências da Educação Infantil às séries finais do ensino fundamental;
	Revisão e atualização de Instrumentos de acompanhamento e monitoramento da modalidade de educação especial (diário do AEE, ficha de avaliação diagnóstica, PEI, planejamento, plano de ação e ficha de adaptação curricular);
2021	Revisão e Atualização de portarias de lotação e matrícula e instrumentos da modalidade.
	Alinhamento das diretrizes da modalidade

2022	de acordo com a BNCC.
	Orientação às escolas sobre o Projeto Político Pedagógico e o Atendimento Educação Especializado;
	Participação ativa de representantes da modalidade de Educação Especial na Elaboração de objetivos e metas da modalidade de educação especial no Plano Plurianual / PPA 2022 - 2025;
	Discussão e definição de estratégias para o cumprimento da meta 4 do PNE / PME no que diz respeito a universalização do acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado;
	Representatividade da modalidade nas discussões do Plano Municipal de Educação e Sistema Municipal de Educação do município;
2023	Revisão e atualização dos Instrumentos de Acompanhamento da modalidade da Educação Especial com a participação de todos os profissionais atuantes na referida modalidade da Rede Municipal de Ensino de Acará.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (228), foi sem dúvidas um marco regulatório de grande relevância para a garantia da matrícula das pessoas com deficiência no ensino regular. Desse modo, a modalidade de educação especial nos municípios a partir de então deveriam integrar a proposta pedagógica da escola, eliminando barreiras para a plena participação dos estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades/superdotação, por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE), sob orientação e determinação do Decreto nº 6.571/2008, que dispõe sobre o apoio da União aos sistemas de ensino para ampliar a oferta do atendimento educacional especializado – AEE a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e estabelece o seu financiamento no âmbito do FUNDEB.

Conforme o Decreto 6.571/2008:



O atendimento educacional especializado – AEE é o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. (Brasil, 2008).

No artigo 3º, é definido o apoio técnico e financeiro que deverá ser prestado pelo Ministério da Educação, com o objetivo de promover o atendimento educacional especializado tanto na educação básica quanto na superior por meio das seguintes ações:

- I- implantação de sala de recursos;
- II – formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado;
- III – formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para educação inclusiva;
- IV – Adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidades;
- V- elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para acessibilidade;
- VI – estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior (Brasil, 2008)

De conformidade com o artigo 5º dessa resolução:

O Atendimento Educacional Especializado é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em Centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal e Municípios. (Brasil, 2009)

Partindo desse pressuposto, é válido enfatizar que o processo inclusivo nas escolas da Rede Municipal de Acará está em processo de expansão e consolidação,

uma vez que a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no município ocorreu apenas em 2016 através de um trabalho de reflexões e ações estratégicas com vista a fomentar a compreensão da nova política como uma perspectiva ampla de reestruturação da educação, que pressupõe a articulação entre a educação especial e o ensino comum, uma vez que esta é a principal função do AEE, levando em consideração a elaboração, a disponibilização e a avaliação de estratégias pedagógicas, de serviços e recursos de acessibilidade para a promoção efetiva do direito de todos os estudantes acaraenses a educação.

**EXPANSÃO DAS SALAS DE RECURSOS  
MULTIFUNCIONAIS E MATRÍCULA ATENDIMENTO  
EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM  
DEFICIÊNCIA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**

ANO	QUANTITATIVO DE SEM
2016	08
2017	09
2018	20
2019	22
2020	22
2021	22
2022	25
2023	25

**FONTE:** Censo Escolar e Instrumento de Acompanhamento da Coordenação de Educação Especial SEMED Acará

ANO	MATRICULA AEE CENSO	MATRÍCULA AEE REAL
2016	0	107
2017	433	230
2018	371	313
2019	459	295
2020	496	485
2021	564	564
2022	607	607
2023	689	689

**FONTE:** Censo Escolar e Instrumento de Acompanhamento da Coordenação de Educação Especial SEMED Acará

Os quadros acima evidenciam um número crescente e significativo de implantação de Salas de Recursos Multifuncionais na Rede Municipal de Ensino e conseqüentemente das matrículas de estudantes no Atendimento Educacional Especializado no período de 2016 a 2023. Isso se deu graças a um trabalho contínuo de formações com os profissionais da modalidade de Educação Especial e desenvolvimento de estratégias voltadas para a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Convém ressaltar que o financiamento da dupla matrícula de estudantes público alvo da educação especial na educação básica é instituído, no âmbito do FUNDEB, de modo a fomentar a organização e oferta do Atendimento Educacional Especializado na Perspectiva da Educação Inclusiva conforme disposto no artigo 6º:

Admitir-se-á, a partir de 1º de janeiro de 2010, para efeito da distribuição de recursos do FUNDEB, o cômputo das matrículas dos alunos d educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular. (Brasil, 2008)

A partir de então, com o objetivo de orientar a implementação do Decreto 6.571, são instituídas as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, por meio da Resolução Nº. 4 CNE/CEB. Este documento define, no artigo 1º, que cabe:

[...] aos sistemas de ensino matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado – AEE[...] (Brasil, 2009)

#### FORMAÇÃO CONTINUADA

ANO	AÇÃO DESENVOLVIDA
2017	1º Chá Pedagógico das professoras das Salas de Recursos Multifuncionais com o tema: “Eu visto a camisa da Inclusão!”
2018	Formação para os coordenadores pedagógicos e gestores sobre as diretrizes legais da Educação especial e instrumentos de acompanhamento dos profissionais da modalidade.
	Formação para os servidores da EMEIF 13 de Maio com a temática: A Importância do Trabalho Colaborativo para o Processo de Inclusão do aluno com deficiência.
	Formação os professores do Atendimento Educacional Especializado da Rede Municipal para avaliação do trabalho desenvolvido em 2017 e redirecionamento de ações para o ano letivo de 2018.
	Formação com cuidadores escolares sobre os cuidados ao aluno com deficiência no contexto escolar.
	Formação sobre Avaliação Educacional na Perspectiva Inclusiva e Flexibilidade Curricular no Sistema Educacional Inclusivo destinada a professores do AEE, Técnicos Pedagógicos e Professores das turmas regulares de ensino da Rede Municipal.
2019	Formação com professores auxiliares dos alunos com deficiência da Rede Municipal de Ensino, objetivando discutir melhorias para o atendimento a criança com deficiência.
	Formação específica na Jornada Pedagógica 2019, com o objetivo de discutir as bases legais do Atendimento Educacional Especializado.
	Formação com os cuidadores escolares do ônibus para tratar assuntos referentes ao horário de funcionamento e atendimento aos alunos com deficiência usuários do ônibus.
	Formação na EMEIF Maria Antonieta sobre Avaliação dos alunos com deficiência.
	Formação em parceria com a Equipe Multiprofissional da SEMED Barcarena com os professores do AEE e Acompanhantes Especializados sobre as diretrizes operacionais e legais que rege suas atuações no contexto escolar, processo avaliativo dos alunos com deficiência e a importância da atuação do acompanhante especializado no processo inclusivo do aluno com deficiência nas turmas regulares de ensino.

2020	Formações sobre Educação Especial e Inclusiva nas escolas da Rede Municipal através do projeto Conexões e Diálogos.
	I Formação Integrada de Cuidadores Escolares e professores do AEE de Acará através da parceria com a secretaria de saúde com a participação da Terapeuta Ocupacional e Fisioterapeuta.
	Formação para professores do AEE, técnicos pedagógicos e professores das turmas regulares com o tema: Avaliação Educacional na Perspectiva Inclusiva e Flexibilidade Curricular no Sistema Educacional Inclusivo.
2021	Formação de 25 professores da Rede Municipal através da Parceria com a Universidade Federal Rural da Amazônia / UFRA no Projeto TEA que visa o aperfeiçoamento e formação para o desenvolvimento e inclusão de pessoas com transtorno do espectro autista;
2022	Construção do Projeto de Formação Continuada: Ciranda da Inclusão na Rede Municipal de Ensino com o objetivo de dialogar e ofertar formação a todos os profissionais da modalidade Educação Especial, gestores e coordenadores pedagógicos;
2023	Formação Específica na Jornada Pedagógica 2023 sobre a Importância do trabalho colaborativo para o processo inclusivo dos estudantes com deficiência da Rede Municipal de Ensino.
	Formação através do Projeto Ciranda da Inclusão com os servidores da modalidade de Educação Especial: Região Acará; Região Jaguarari; Região Miritipitanga e Região Guajará Miri

A formação continuada dos profissionais da Educação Especial vai muito além da capacitação técnica, constitui-se em um espaço de grande significância para a prática pedagógica na perspectiva da Educação Inclusiva. Nesse contexto, é perceptível o grande avanço do município de Acará no que diz respeito a formação dos profissionais da modalidade buscando a promoção de reflexão e articulação de novos saberes com vista a melhoria do atendimento aos alunos público alvo da Educação Especial.

A inclusão dos estudantes com deficiência na escolar regular do município de Acará é uma conquista historicamente construída que impõe novos desafios e

maneiras de trabalho dos educadores, demandando assim constante atualização que considere as grandes mudanças e transformações no âmbito escolar, desse modo, torna-se necessário a análise constante do fazer pedagógico, sendo condição fundamental para a aplicabilidade de práticas pedagógicas inclusivas e consequentemente melhoria do atendimento educacional dos estudantes com deficiência da Rede Municipal de Ensino de Acará.

Nesta perspectiva, Lima (2021, p.28) propõe a criação de redes de apoio e colaboração entre os docentes de modo a oportunizar a troca de experiências e a construção conjunta de soluções. Outra estratégia importante segundo Cruz et al. (2011, p. 237), diz respeito a formação continuada dos professores, pois como ele mesmo afirma: “as políticas públicas devem assegurar recursos financeiros suficientes para a formação continuada de professores, além de oferecer suporte técnico e administrativo para a implementação das práticas inclusivas nas escolas.”

Desta forma, é primordial que o município continue investindo na formação de professores da modalidade, assim como nos demais profissionais da educação, garantindo as condições necessárias para que estes desenvolvam ações inclusivas no âmbito das unidades de ensino, como forma de garantir uma educação de fato inclusiva e igualitária que respeite e considere as reais necessidades dos estudantes com deficiência.

#### PARCERIAS COM OUTROS ÓRGÃOS DA SOCIEDADE CIVIL PARA MELHORIA DO ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

ANO	AÇÃO DESENVOLVIDA
2018	Parceria com Equipe Multiprofissional da SEMED Barcarena para avaliação dos alunos com suspeita de deficiência do núcleo Júlio César.
	Parceria com o núcleo de inclusão Universidade Federal do Pará / UFPA em

	busca de assessoramento referente as práticas de inclusão desenvolvidas nas escolas do município;
	Parceria com a secretaria saúde para agendamento de consultas para os alunos com deficiência e acompanhamento psicológico e terapêutico;
2019	Parceria com a Equipe Multiprofissional de Barcarena para avaliação dos alunos com deficiência sem escolarização da EJA da EMEF Lydia Lima.
	Parcerias com as assistentes sociais dos programas CRAS e CREAS em busca de melhoria do atendimento aos alunos com deficiência da rede municipal de ensino.
2020	Parceria com a Secretaria de Saúde e Assistência Social para realização de triagens e busca de diagnósticos para alunos com suspeita de alguma deficiência;
2021	Parceria com a ARCON para emissão da carteirinha de passe livre em transportes intermunicipais de alunos com autismo da Rede Municipal;
	Parceria com a Secretaria de Saúde do Estado do Pará / SESPA na entrega de cadeiras de rodas para os estudantes com deficiência física;
2022	Reunião com o grupo de mães EU ADVOGAREI e governo municipal para a implantação do Centro Especializado em Autismo / CETEA no município;

Além da formação continuada dos professores e demais profissionais da educação, é interessante destacar outra estratégia de grande relevância no processo de inclusão dos estudantes com deficiência da Rede Municipal de Ensino de Acará que diz respeito ao estabelecimento de parcerias estratégicas com organizações públicas de educação e de outras áreas da sociedade civil, como: por exemplo saúde, assistência social, transporte, etc. Tais parcerias reforçam e contribuem com a eliminação de barreiras para a inclusão, além de possibilitar uma organização ampla para responder às necessidades dos estudantes público alvo da Educação Especial do município.

As parcerias e convênios são citadas pelo MEC / SEESP (2007) principalmente quando se trata do atendimento as crianças com deficiências da Educação Infantil, pois “Recomenda-se convênios com as

Secretarias de Saúde ou entidades privadas para que o atendimento clínico a essas crianças possa ser feito no mesmo espaço da escola ou em espaço distinto”.

As orientações seguem adiante quando se trata especificamente do atendimento aos bebês com deficiência auditiva:

Os convênios com a área de saúde são extremamente importantes para que o diagnóstico da deficiência auditiva seja feito o mais cedo possível. Assim desde o atendimento em berçário, o bebê surdo ou com deficiência auditiva deve receber estímulos visuais, que são a própria introdução ao aprendizado da LIBRAS, bem como encaminhamento a serviços de fonoaudiologia, que lhe possibilitem aprender a falar. MEC / SEESP (P.39, 2007)

Em suma, ao se tratar do atendimento ao estudante com deficiência, independente da etapa e modalidade de ensino, não se pode deixar de mencionar a importância da intersectorialidade como uma estratégia oportuna para a gestão pública, uma vez que contribui significativamente para a efetivação de políticas públicas e para o enfrentamento da exclusão social. A saúde, a Assistência Social e a Educação devem formar uma rede de apoio a esses estudantes de modo a garantir-lhes sua participação plena na sociedade, pois de acordo com o Cad. Saúde Pública (2022):

No que tange à garantia dos direitos da criança com deficiência, ao cumprimento da sua proteção integral e ao planejamento e desenvolvimento de ações, a intersectorialidade é uma diretriz que deve orientar os serviços de educação, saúde, qualificação e inclusão profissional, cultura, esporte e lazer. Ademais a LBI também enfatiza a oferta da rede de serviços articulados, com atuação intersectorial, nos diferentes níveis de complexidade para atender às necessidades específicas da pessoa com deficiência.

**REPRESENTATIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA  
MODALIDADE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM FÓRUMS E  
CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS,  
LEVANTANDO TEMÁTICAS IMPORTANTES SOBRE A  
INCLUSÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA DO  
MUNICÍPIO**

<b>ANO</b>	<b>AÇÃO DESENVOLVIDA</b>
2018	Representatividade na VI Conferência Municipal de Educação Coord. mediação e articulação da Meta 4 do PME / Acará que trata da Ed. Especial.
	Representatividade na conferência da criança e do adolescente e seminário do AIPED.
2019	Representatividade na I Jornada de Educação Especial do Estado do Pará em Belém – P.a
	Representatividade do município através da Coordenação de Educação Especial na ALEPA em favor da implantação da primeira Clínica Escola de Autismo do Pará.
2020	Representatividade do município e da modalidade de Educação Especial na I Jornada de Educação Especial do estado do Pará e no XX encontro de Educação Especial de Abaetetuba;
2021	Representatividade do município na casa de Governança do estado do Pará / Projeto TEA - Universidade Federal Rural da Amazonia - Ufra

A representatividade e participação do município em encontros, fóruns e conferências voltados para a temática da inclusão, é um aspecto de grande relevância que merece destaque, uma vez que muito poderá contribuir com o processo inclusivo nas escolas do município, sendo este um momento que possibilita maior envolvimento de pessoas, comunidades, grupos e instituições, com capacidade de mobilizar compromissos, dinamizar os debates e reflexões, além de contribuir na identificação de problemas a serem superados e suas possíveis soluções, além da rica troca de experiências e práticas inclusivas que beneficiarão a todos os participantes.

A avaliação das políticas públicas, assim como a discussão sobre o trabalho desenvolvido pelos participantes, tem importante significado social e político,

sendo este um espaço de diálogo, debate e encaminhamento de medidas para a garantia do direito à educação para todos.

**SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NAS ESCOLAS**

Convém destacar que entre 2016 e 2023 com o avanço significativo de Salas de Recursos Multifuncionais e consequentemente matrículas de alunos com deficiência no ensino regular e Atendimento Educacional Especializado, expandiu-se também o número de serviços especializados no âmbito das escolas municipais. Até o primeiro semestre de 2023, a Rede Municipal de Ensino contava com os serviços de: Professores Especialistas do AEE; Acompanhantes Especializados para estudantes com TEA; Profissionais de apoio escolar (cuidadores), professores de Libras para alunos com surdez e professores de apoio pedagógico.

Considerando a dimensão territorial do município de Acará, a dificuldade de acesso em algumas escolas, há o encaminhamento de especialistas que atuam de forma itinerante de modo a garantir a oferta do Atendimento Educacional Especializado aos alunos do campo, sendo que seus locais de origem são as escolas núcleos que possuem estrutura física adequada na SRM. Deste modo, estes seguem um cronograma de atendimento elaborado para atender as necessidades dos estudantes.

De acordo com o documento orientativo do MEC / SEESP (2007), convém salientar que o direito ao Atendimento Educacional Especializado previsto nos artigos 58, 59 e 60 da LDBEN (Lei nº. 9394/96) e também na Constituição Federal (1988), não substitui o direito à escolarização ofertada nas escolas regulares de ensino. A LDBEN utiliza as expressões “serviços de apoio especializado na escola regular” e “atendimento especializado” como sinônimos de Atendimento Educacional Especializado e apenas diz que este pode ocorrer em classes especiais, quando não for possível

ofertá-lo em classe comum. Esta não diz que a escolarização poderá ser oferecida em ambiente escolar à parte.

A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva garante que todos os alunos com deficiência tenham acesso à escola comum, contemplados por um conjunto de recursos educacionais e estratégias de apoio, de modo a proporcionar-lhes diferentes alternativas de atendimento, de acordo com as necessidades de cada um. Nesse contexto encontram-se os serviços de apoio especializado como os de professores de Educação Especial, intérpretes de língua de sinais, instrutores de Libras, professores de português (segunda língua para os surdos), professores responsáveis pelo ensino e utilização do código braile, acompanhantes especializados, profissionais de apoio escolar, etc. enfatizando que nenhum destes pode substituir as funções do professor responsável pela sala de aula da escola comum de ensino regular.

#### **AÇÕES E ESTRATÉGIAS INTERVENTIVAS DESENVOLVIDAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO PERÍODO DE 2016 – 2023**

<b>01</b>	Entrega de carteiras escolares adaptadas para os estudantes com deficiência física
<b>02</b>	Avaliação e enturmação dos alunos com deficiência com distorção idade-série na EJA – Educação de Jovens e Adultos;
<b>03</b>	Implementação do Projeto Baú Pedagógico da Inclusão, contemplando as escolas com Salas de Recursos Multifuncionais com materiais pedagógicos adaptados para o atendimento dos estudantes público alvo da Educação Especial durante e após a pandemia;
<b>04</b>	Ações educativas online sobre conscientização do autismo;
<b>05</b>	Realização anual do Projeto Semana Azul / Caminhada Azul em alusão ao dia 02 de Abril / Dia Mundial de Conscientização do Autismo;
<b>06</b>	Acompanhamento e assessoramento pedagógico aos profissionais da modalidade Educação Especial da Rede Municipal de Ensino;
<b>07</b>	Assessoramento aos gestores e coordenadores

	pedagógicos em relação as diretrizes do trabalho desenvolvido pelos profissionais da Educação especial no âmbito das escolas municipais;
<b>08</b>	Inclusão dos alunos com deficiência nos jogos egressos do município;
<b>09</b>	Construção do projeto de implantação da equipe multiprofissional no âmbito da Secretaria Municipal de Educação;
<b>10</b>	Adaptações adequadas e construções de novas Salas de Recursos Multifuncionais, expandindo assim o Atendimento Educacional Especializado;
<b>11</b>	Entrega de cadeiras de rodas para alunos com deficiência física;
<b>12</b>	Entrega de passes livres para alunos com TEA;

O quadro acima apresenta algumas ações e estratégias interventivas que vão desde a entrega de recursos adaptados aos alunos público alvo da Educação especial, perpassam pelo assessoramento técnico – pedagógico e ações oriundas de parcerias. Apesar de todas as ações serem importantes para o cenário educacional acaraense, algo que merece destaque é a criação do projeto de implantação da equipe multiprofissional no âmbito da Secretaria Municipal de Educação que dentre seus objetivos principais está o de garantir aos educandos com deficiência o direito a uma educação de qualidade, além de oferecer apoio às escolas municipais de Educação Básica, atuando numa perspectiva educacional visando o desenvolvimento integral dos educandos, através da efetivação de diversificadas intervenções que venham contribuir para a consolidação de práticas inclusivas no âmbito escolar.

É válido ressaltar que a Equipe Multiprofissional na Educação está fundamentada e legitimada pelo Artigo 26 a da LDB, Lei n 9394/96 e que o projeto de Lei foi aprovado no dia 23 de fevereiro de 2023 na Câmara Municipal de Acará.

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Desenvolver um trabalho de pesquisa nos coloca diante de algumas escolhas mediante os

inúmeros caminhos que podemos seguir quando se trata de temáticas no âmbito educacional. Enquanto professora e pesquisadora da Educação Especial há mais de 15 anos, meu foco investigativo voltou-se para as políticas educacionais da Rede Municipal de Ensino de Acará, de 2016 a 2023, voltadas para a Educação Inclusiva, como forma de conhecer e analisar os avanços na Política de Inclusão nas escolas da Rede Municipal, tendo como parâmetro a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008) e as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado (2008).

Através de estudos, análises e exploração dos documentos e diretrizes referentes as Políticas Públicas Educacionais de Acará no período de 2016 a 2023, percebemos um avanço significativo nesse período, embora tardio considerando a vigência nacional da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Ficou evidente que a Secretaria Municipal de Educação vem tentando através de várias ações e estratégias acompanhar o movimento mundial e nacional de discussão e implementação da proposta de Educação Inclusiva.

Através do processo de investigação, percebeu-se que nos anos que antecederam o período do estudo, os estudantes com deficiência não tinham visibilidade, uma vez que não eram considerados em suas especificidades na política educacional municipal. O paradigma em vigência era o da integração e não da inclusão, somente a partir de 2016 com a atuação de uma coordenação específica para a modalidade de Educação Especial no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, através de um trabalho intenso de acompanhamento, assessoramento e monitoramento de ações desenvolvidas no contexto das unidades escolares foi possível discutir, construir e implementar políticas educacionais nacionais e municipais específicas para os alunos público alvo da Educação Especial. Tal iniciativa demonstra um certo descaso da gestão educacional anterior ao período de estudo por

uma educação inclusiva, uma vez que não assumiu tal responsabilidade diante dos direitos dos estudantes com deficiência.

As implementações das políticas inclusivas estão em processo de avanço e transformação, considerando o caráter inovador da inclusão, uma vez que o município ainda tem muito a fazer para alinhar o direcionamento de suas discussões e ações nesta área. É necessário a continuidade das políticas de inclusão e ações afim de melhorias na qualidade do atendimento aos alunos público alvo da Educação Especial nas escolas da Rede Municipal, assim como maior atuação da Equipe Multiprofissional e maiores investimentos na formação de professores para que haja expansão dos serviços de apoio aos alunos com deficiência matriculados no ensino regular, assegurando um atendimento de melhor qualidade.

Finalizamos este trabalho sugerindo que as reflexões aqui iniciadas possam vir a interessar outros pesquisadores que desejem conhecer os caminhos de construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

## REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.

Assembleia Geral da ONU. (1948). " **Declaração Universal dos Direitos Humanos** " (217 [III] A).

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BOGDAN, R & BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em Educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

\_\_\_\_\_. **Conselho Nacional de Educação**. Resolução nº2, de 11 de setembro de 2001. Institui as **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**.

\_\_\_\_\_. **Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação**

contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 3.298 de 20 de dezembro de 1999. Brasília: **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**, 1999.

\_\_\_\_\_. Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**.

\_\_\_\_\_. Lei 8069 / 90. **Estatuto da Criança e do Adolescente**.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade**. Brasília: Corde, 1994.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Lei 9394, de 23 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Plano: 2000.

\_\_\_\_\_. Resolução nº. 4, de 2 de outubro de 2009. **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação especial**, Brasília: MEC, 2009.

CRUZ, G. C. et al. **Formação continuada de professores inseridos em contextos educacionais inclusivos**. *Educar em Revista*, p. 229-243, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/YXgdCkm5NFTGfbJM5xy8hLM>.

CRUZ, G. C.; FERREIRA, J. R. **Processo de formação continuada de professores de educação física em contexto educacional inclusivo**. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, Brasil, v. 19, n. 2, p. 163–180, 2005. DOI: 10.1590/S1807-55092005000200007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/16592>.

LAVILLE, C. & DIONNE, J. **A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIMA, V. C. **A formação continuada de docente para a educação inclusiva**. 2021. 42f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos, 2021. Disponível em:

<https://dspace.uniceplac.edu.br/handle/123456789/997>

Mantoan, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos** / Maria Teresa Eglér Mantoan, Rosângela Gavioli Prieto; Valéria Amorim Arantes, organizadora – São Paulo: Summus, 2006 – (Pontos e Contrapontos).

Ministério da Educação. Secretaria de **Educação Especial (SEESP)**. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

Ministério da Educação. Secretaria de **Educação Básica**. **Diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental /Secretaria de Educação Básica**. – Brasília: MEC, SEB, 2010b.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.